

**EDP VENTURES BRASIL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
(Em milhares de reais)



	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	334	444
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4	98	56
Outros tributos compensáveis	4	2	29
Outros créditos		2	1
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>436</b>	<b>530</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos a receber	9	12.102	11.699
Cauções e depósitos vinculados	7	715	668
		<b>12.817</b>	<b>12.367</b>
Investimentos	10	35.603	30.180
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>48.420</b>	<b>42.547</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>48.856</b>	<b>43.077</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	13	79
Outros tributos a recolher	4	2	73
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12		289
Outras contas a pagar			1
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>15</b>	<b>442</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	5	7.177	4.987
Outros tributos diferidos	5	1	
Outras contas a pagar			23
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>7.178</b>	<b>5.010</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	59.256	59.256
Prejuízos acumulados		(17.593)	(21.631)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>41.663</b>	<b>37.625</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>48.856</b>	<b>43.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP VENTURES BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Despesas e Receitas administrativas</b>	14		
Despesas gerais e administrativas		203	(2.844)
Outras despesas		150	(18)
		<u>353</u>	<u>(2.862)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>			
<b>Resultado financeiro</b>	15		
Receitas financeiras		5.877	15.520
Despesas financeiras		(2)	(5)
		<u>5.875</u>	<u>15.515</u>
		<u>6.228</u>	<u>12.653</u>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>			
<b>Tributos sobre o lucro</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(2.190)	(4.987)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>4.038</b></u>	<u><b>7.666</b></u>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,62114	1,17920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP VENTURES BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	4.038	7.666
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>4.038</u></u>	<u><u>7.666</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**EDP VENTURES BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		6.228	12.653
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Tributos diferidos		1	
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos			3.189
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber			(670)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			19
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(19)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(9)	(6)
		<u>6.201</u>	<u>15.185</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Outros tributos compensáveis		(5)	(29)
Cauções e depósitos vinculados		(28)	(668)
Outros ativos operacionais		(5.424)	(14.667)
		<u>(5.457)</u>	<u>(15.364)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		(66)	14
Outros tributos a recolher		(49)	41
Obrigações Sociais e Trabalhistas		(289)	(219)
Provisões			(19)
Outros passivos operacionais		(24)	(108)
		<u>(428)</u>	<u>(291)</u>
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>			
		<u>316</u>	<u>(470)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23)	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>			
		<u>293</u>	<u>(470)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Empréstimos a receber		(403)	
<b>Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de investimento</b>			
		<u>(403)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social			850
<b>Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento</b>			
	19.1	<u>-</u>	<u>850</u>
<b>(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>(110)</u>	<u>380</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		334	444
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		444	64
		<u>(110)</u>	<u>380</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EDP VENTURES BRASIL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	73	(578)
Serviços de terceiros	(73)	
Custo com construção da infraestrutura		(519)
Outros custos operacionais	146	(59)
<b>Valor adicionado bruto</b>	73	(578)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	73	(578)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	5.899	15.556
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>5.972</u>	<u>14.978</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	(262)	1.936
Benefícios	(29)	85
FGTS	(51)	103
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.250	5.176
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2	5
Aluguéis	24	7
	<u>1.934</u>	<u>7.312</u>
Resultado líquido do exercício	<u>4.038</u>	<u>7.666</u>
	<u><b>5.972</b></u>	<u><b>14.978</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1 Contexto operacional**

A EDP Ventures Brasil S.A. (Companhia ou EDP Ventures) foi constituída em 14 de junho de 2018, com sua sede localizada no município de São Paulo no Estado de São Paulo. A Companhia está constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado e é controlada integral da VC Expansão (Controladora ou VC Expansão).

A Companhia tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como sócia, acionista, quotista ou consorciada, (ii) participar em negócios e empreendimentos de empresas consideradas "startups" dos mais diversos segmentos, os quais tenham como princípio a inovação, no Brasil e/ou no exterior, (iii) gerir ativos de empresas, (iv) assinar convênios e parcerias com empresas em geral para o auxílio e/ou investimento no desenvolvimento de questões ligadas a inovação, (v) executar programas e projetos de estímulo ao desenvolvimento de atividades de inovação e (vi) a prática de atos de comércio em geral, relacionados às atividades correlacionadas.

**2 Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de março de 2026.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

**2.4 Uso de estimativa e julgamento**

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 18.1.2.1).

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativo financeiro**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisões para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

**2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

### 2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
O CPC 10 - Créditos de Carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO <sub>2</sub> e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtópicos obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1	444
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	333	
Total	334	444

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2025 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa de 96,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

## 4 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	56		9	23	(22)	32	98
Total Circulante	56	-	9	23	(22)	32	98
<b>Outros tributos compensáveis</b>							
IRRF sobre aplicações financeiras	29	5				(21)	13
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-					(11)	(11)
Total Circulante	29	5	-	-	-	(32)	2

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**



	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2025
<b>Passivos a recolher</b>							
Outros tributos a recolher							
PIS e COFINS	-						-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	4	21			(22)		3
Encargos com pessoal	-						-
<b>Total Circulante</b>	<b>73</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>(77)</b>	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>2</b>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**5 Tributos diferidos**

	Nota	Passivo	
		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024
Outros tributos diferidos			
PIS e COFINS		1	
Imposto de renda e contribuição social	6	7.177	4.987
<b>Total</b>		<b>7.178</b>	<b>4.987</b>

**6 Imposto de renda e contribuição social**

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**6.1 Composição**

	Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
<b>Diferenças Temporárias</b>				
Valor justo dos investimentos	7.170	4.987	(2.183)	(4.987)
Outras	7		(7)	
<b>Total diferenças temporárias</b>	<b>7.177</b>	<b>4.987</b>	<b>(2.190)</b>	<b>(4.987)</b>
<b>Total bruto</b>	<b>7.177</b>	<b>4.987</b>	<b>(2.190)</b>	<b>(4.987)</b>

**7 Cauções e depósitos vinculados**

	Nota	Valor líquido em		Atualização	Outros	Valor líquido em
		31/12/2024	Adição			31/12/2025
Depósitos judiciais		668	139	19	(111)	715
<b>Total Não Circulante</b>		<b>668</b>	<b>139</b>	<b>19</b>	<b>(111)</b>	<b>715</b>

**7.1 Cauções**

Referem-se a depósitos caucionados relacionados à contratos de garantias junto a clientes a serem executados quando do não recebimento dos valores estabelecidos em contrato.

**8 Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Ativo	Passivo	Resultado
			Não circulante	Não circulante	Receita financeira
			31/12/2024	31/12/2024	2024
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC</b>					
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2023 a indeterminado		6.250	48
			-	6.250	48
<b>Empréstimos a receber</b>					
<b>Contratos de mútuo - 6,50% do IPCA</b>					
Blue Sol	Controlada em conjunto (*)	01/01/2019 a 01/12/2023	1.903		174
			1.903	-	174
			1.903	6.250	222

**8.1 Controladora direta**

A controladora direta da Companhia é a VC Expansão S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**8.2 Remuneração dos administradores**

	Diretoria Estatutária 2024
Remuneração (a)	1.107
Benefícios de curto prazo (b)	18
Benefícios - Previdência Privada	29
Remuneração baseada em ações	650
<b>Total</b>	<b>1.804</b>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

**9 Empréstimos a receber**

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$12.102 (R\$11.699 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a contratos de mútuo conversíveis em ações/quota. Todos os contratos são classificados contabilmente como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, uma vez que, apesar dos juros e demais atualizações contratuais de ambos os instrumentos, na essência, os mesmos foram obtidos pela Companhia com o objetivo de ganho patrimonial futuro, e não apenas de principal adicionado aos juros.

• **Mútuo conversível em ações**

**Time Energy Indústria e Comércio Ltda.**

R\$4.492 (R\$4.492 em 31 de dezembro de 2024) com vigência de setembro de 2020 a março de 2024, no valor principal de R\$2.000, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

**Voltbras Eletropostos Agenciamento Ltda.**

R\$1.600 (R\$1.600 em 31 de dezembro de 2024) com vigência de dezembro de 2019 a dezembro de 2027 no valor principal de R\$1.822, atualizado somente pelo IPCA, não havendo juros remuneratórios, e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

**Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A.**

R\$6.010 (R\$5.607 em 31 de dezembro de 2024) com vigência de junho de 2020 a indeterminado, no valor principal de R\$500, com juros remuneratórios de 4%a.a., e forma de pagamento do principal e juros em parcela única ao final do contrato.

**10 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa são avaliadas por equivalência patrimonial.

• **Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

• **Combinação de negócios**

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

**10.1 Movimentação dos Investimentos**

	Controladora		% Participação Indireta		
	Saldo em 31/12/2024	Marcação a Mercado	Saldo em 31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
<b>Investimento</b>					
Fractal Engenharia e Sistemas	2.192		2.192	10,00	10,00
77 Sol Tecnologia	4.375		4.375	7,81	7,81
Colab Tecnologia e Serviços de Internet	829		829	2,08	2,08
Voltbras Eletropostos Agenciamento	7.501		7.501	13,40	13,40
Delfos Energy Sociedad	15.283	5.423	20.706	10,72	11,91
<b>Total</b>	<b>30.180</b>	<b>5.423</b>	<b>35.603</b>		

**11 Fornecedores**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$13 (R\$79 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a valores a pagar relativos a compras de materiais e serviços.

**12 Obrigações Sociais e Trabalhistas**

O saldo em 31 de dezembro de 2024, de R\$289 refere-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**13 Capital social**

**13.1** O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito é de R\$59.256, composto de 6.501.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela Controladora.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

**13.2 Prejuízos acumulados**

O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$17.593 (R\$21.631 em 31 de dezembro de 2024), a variação se deve pela compensação integral dos lucros gerados no exercício de 2025.

**14 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2025			2024		
	Despesas Operacionais			Despesas Operacionais		
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Gerenciáveis						
Pessoal e Administradores	(304)		(304)	2.277		2.277
Serviços de terceiros	73		73	519		519
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			-		18	18
Arrendamentos e aluguéis	24		24	7		7
Outras	4	(150)	(146)	41		41
<b>Total</b>	<b>(203)</b>	<b>(150)</b>	<b>(353)</b>	<b>2.844</b>	<b>18</b>	<b>2.862</b>

**15 Resultado financeiro**

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	38	82
Depósitos judiciais		19	
Contratos de mútuo			48
Juros e multa sobre tributos	4	9	6
Outros juros e variações monetárias		(2)	90
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(22)	(36)
Outras receitas financeiras		5.835	15.330
		<u>5.877</u>	<u>15.520</u>
Despesas financeiras			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(1)
Outras despesas financeiras		(2)	(4)
		<u>(2)</u>	<u>(5)</u>
<b>Total</b>		<u><b>5.875</b></u>	<u><b>15.515</b></u>

**16 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	6.228	12.653
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(2.118)</u>	<u>(4.302)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Perdas indedutíveis	76	
Outras	54	(78)
Outros		
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	<u>(202)</u>	<u>(607)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(2.190)</u>	<u>(4.987)</u>
Alíquota efetiva	35%	39%

**17 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	4.038	7.666
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	6.501	6.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,62114</u>	<u>1,17920</u>

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



**18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**18.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**18.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Nível	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	333		333	
Empréstimos a receber	9	Nível 2	12.102	11.699	12.102	11.699
			12.435	11.699	12.435	11.699
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1	444	1	444
			1	444	1	444
<b>Total</b>			<b>12.436</b>	<b>12.143</b>	<b>12.436</b>	<b>12.143</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	11	Nível 2	13	79	13	79
<b>Total</b>			<b>13</b>	<b>79</b>	<b>13</b>	<b>79</b>

**18.1.1.1 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**18.1.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**18.1.2 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

**18.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo, quando aplicável, regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;



**19.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento envolveram movimentação de caixa e, portanto, estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

	<b>2024</b>
Aumento de capital com integralização de AFAC	6.250
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC	850
Total	7.100

No exercício de 2024, houve o valor de R\$7.100 relacionado Aumento de capital com integralização de AFAC.

**20 Compromissos contratuais**

**20.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2025			31/12/2024
	2026	2027 e 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.061	197	1.258	1.255
	1.061	197	1.258	1.255

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025			31/12/2024
	2026	2027 e 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.016	230	1.246	1.323
	1.016	230	1.246	1.323

**21 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovada pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de vida			581	(*)

(\*) Na Companhia, o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$6.000; e
- (ii) Responsabilidade civil - Engenharia para os projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$21.500.

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Luís Filipe de Castro Henriques**  
Presidente

**Antônio José da Silva Coutinho**  
Vice-Presidente

**Frederico Miguel Simões Tomé de Bilelo Gonçalves**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Luís Filipe de Castro Henriques**  
Diretor-Presidente

**Tiago Antônio Romano Gonçalves**  
Diretor

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor - Accounting SA

**Cleber dos Santos Lima**  
Contador - CRC 1SP301263/O-8